



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

Diretor Geral

Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

Diretora Administrativa

Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

Editor de Design Gráfico e Diagramação

Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

Características do Periódico

Periodicidade:

Mensal

Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

Registro Internacional:

SSN 3085-654X

Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

publicacao@iiscientific.com

Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande
CEP 88032-005

A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.



Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

Pareceristas

Ciências da Educação

Dr. Carlos Mendonça
Dr. Marcelo Pertussatti
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

Ciência da Saúde

Dr. Daniel Laiber
Dra. Luisa Bonadiman

Ciências Jurídicas

Dr. Avelino Thiago
Dr. James Melo de Sousa
Dr. Manoel Coracy

Educação Inclusiva

Dra. Fábila Roseana Souza Oliveira da Silva
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

Tecnologia

Dr. Flávio Lopes
Dr. Geraldo Lúcio

Editor Gerente

Rayane Priscila Santos de Souza

Editores de Seção

Karolayne Luana de Oliveira Silva
Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

Equipe de Produção Editorial

Reviane Francy Silva da Silveira
Priscila de Fátima Lima Schio
Lucas Teotônio Vieira

Editor Técnico

Balbino Júnior

Administrador do Sistema OJS

Vitor Santos

PARA ALÉM DO DIAGNÓSTICO: A IDENTIFICAÇÃO PEDAGÓGICA COMO PRÁTICA EPISTÊMICA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

BEYOND DIAGNOSIS: PEDAGOGICAL IDENTIFICATION AS AN EPISTEMIC PRACTICE IN INCLUSIVE EDUCATION

MÁS ALLÁ DEL DIAGNÓSTICO: LA IDENTIFICACIÓN PEDAGÓGICA COMO PRÁCTICA EPISTÊMICA EN LA EDUCACIÓN INCLUSIVA

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar estratégias pedagógicas voltadas à identificação e ao atendimento das necessidades educacionais de alunos sem diagnóstico formal, no contexto da educação inclusiva. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica de produções acadêmicas publicadas entre 2022 e 2025, além de autores clássicos da área. A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise temática. Os resultados evidenciam que, embora haja avanços na defesa de práticas pedagógicas inclusivas, persiste a dependência do diagnóstico clínico no contexto escolar, o que limita a autonomia docente e restringe o reconhecimento das necessidades educacionais. Argumenta-se que essa dependência expressa uma matriz epistemológica classificatória que orienta a compreensão da aprendizagem. Como contribuição, propõe-se a identificação pedagógica como prática epistêmica autônoma, capaz de orientar o ensino independentemente da validação clínica. Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva exige um deslocamento do foco na categorização dos estudantes para a análise das condições pedagógicas que produzem ou intensificam as dificuldades de aprendizagem.

Palavras-chave: Educação inclusiva; identificação pedagógica; necessidades educacionais; diagnóstico clínico; práticas pedagógicas.

ABSTRACT

This study aims to analyze pedagogical strategies for identifying and addressing the educational needs of students without formal clinical diagnoses within the context of inclusive education. It is a qualitative study based on a bibliographic review of academic publications from 2022 to 2025, as well as classical authors in the field. Data were analyzed through thematic analysis. The results indicate that, although there have been advances in inclusive pedagogical practices, there remains a strong dependence on clinical diagnosis in school contexts, which limits teacher autonomy and restricts the recognition of educational needs. It is argued that this dependence reflects a classificatory epistemological matrix that shapes the understanding of learning. As a contribution, the study proposes pedagogical identification as an autonomous epistemic practice, capable of guiding teaching independently of clinical validation. It concludes that effective inclusive education requires a shift from student categorization toward the analysis of pedagogical conditions that produce or intensify learning difficulties.

Keywords: Inclusive education; pedagogical identification; educational needs; clinical diagnosis; teaching practices.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar estrategias pedagógicas orientadas a la identificación y atención de las necesidades educativas de estudiantes sin diagnóstico clínico formal, en el contexto de la educación inclusiva. Se trata de una investigación cualitativa desarrollada mediante revisión bibliográfica de producciones académicas publicadas entre 2022 y 2025, además de autores clásicos del área. El análisis de los datos se realizó mediante la técnica de análisis temático. Los resultados evidencian que, aunque existen avances en la defensa de prácticas pedagógicas inclusivas, persiste una fuerte dependencia del diagnóstico clínico en el contexto escolar, lo que limita la autonomía docente y restringe el reconocimiento de las necesidades educativas. Se argumenta que esta dependencia expresa una matriz epistemológica clasificatoria que orienta la comprensión del aprendizaje. Como contribución, se propone la identificación pedagógica como una práctica epistémica autónoma, capaz de orientar la enseñanza independentemente de la validación clínica. Se concluye que la educación

inclusiva efectiva requiere un desplazamiento del foco en la categorización de los estudiantes hacia el análisis de las condiciones pedagógicas que producen o intensifican las dificultades de aprendizaje.

Palabras clave: Educación inclusiva; identificación pedagógica; necesidades educativas; diagnóstico clínico; prácticas pedagógicas.

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira, no período entre 2022 e 2025, tem enfrentado desafios significativos relacionados à garantia do direito à aprendizagem, especialmente no que se refere à equidade e à inclusão escolar. O contexto pós-pandemia de COVID-19 não apenas evidenciou, mas também intensificou desigualdades educacionais historicamente constituídas, exigindo das instituições escolares não apenas reorganizações pedagógicas, mas uma revisão mais ampla das concepções que orientam o ensino. Conforme a Unesco (2023), a pandemia impactou profundamente os sistemas educacionais em escala global, ampliando disparidades já existentes.

Nesse cenário, as políticas públicas educacionais, como a Base Nacional Comum Curricular, reforçam a necessidade de práticas pedagógicas orientadas pela equidade e pela valorização da diversidade. A escola passa a ser compreendida como um espaço que deve assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem significativa de todos os estudantes, considerando suas singularidades e diferentes formas de aprender.

Entretanto, evidencia-se, no cotidiano escolar, uma tensão entre os avanços normativos e as práticas efetivamente desenvolvidas. Observa-se a presença crescente de estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem e necessidades educacionais específicas, mas que não possuem diagnóstico clínico formal. Essa realidade suscita uma questão central: como os professores têm respondido às necessidades educacionais desses estudantes em contextos marcados pela ausência de laudo médico?

A ausência de diagnóstico formal, muitas vezes, está associada a fatores sociais e estruturais, como dificuldades de acesso a serviços de saúde, longas filas de espera no sistema público e condições de vulnerabilidade socioeconômica. Como consequência, esses estudantes acabam, frequentemente, invisibilizados no contexto escolar, não sendo reconhecidos como público-alvo de atendimento educacional especializado, o que compromete seu processo de aprendizagem.

Diante desse cenário, torna-se relevante discutir formas de identificação

pedagógica das necessidades educacionais, valorizando práticas que possam ser desenvolvidas no cotidiano da sala de aula. Nesse sentido, abordagens como o Desenho Universal para a Aprendizagem destacam-se ao propor múltiplas formas de engajamento, representação e expressão, possibilitando maior acesso ao conhecimento por todos os estudantes.

Além disso, a relevância desta pesquisa se justifica no âmbito social e educacional, ao contribuir para o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas e para a superação de modelos que ainda condicionam o atendimento educacional à existência de diagnóstico clínico. A legislação brasileira atual tem avançado nesse sentido, reafirmando o direito à educação inclusiva independentemente da apresentação de laudo médico.

O presente estudo tem como objetivo analisar estratégias pedagógicas voltadas à identificação e ao atendimento das necessidades educacionais de alunos sem diagnóstico formal. Como objetivos específicos, busca-se compreender como a literatura aborda essa temática, identificar práticas pedagógicas inclusivas aplicáveis ao contexto escolar e refletir sobre o papel do professor na promoção de uma educação mais equitativa.

Parte-se do pressuposto de que práticas pedagógicas inclusivas, fundamentadas na observação contínua e na adaptação do ensino, podem contribuir significativamente para o atendimento das necessidades educacionais dos alunos, independentemente da existência de diagnóstico formal. No entanto, este estudo avança ao sustentar que a centralidade atribuída ao diagnóstico clínico no contexto educacional não constitui apenas uma limitação operacional, mas expressa uma matriz epistemológica de caráter classificatório, que orienta a produção de verdades sobre a aprendizagem.

Nesse sentido, propõe-se compreender a identificação pedagógica como uma prática epistêmica autônoma, não subordinada à validação clínica, configurando-se como um deslocamento do paradigma classificatório para um paradigma pedagógico-interpretativo da aprendizagem. Assim, defende-se que a superação dessa lógica exige não apenas mudanças metodológicas, mas um deslocamento paradigmático que reposicione a prática pedagógica como eixo central da inclusão escolar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação inclusiva, direito à aprendizagem e marco legal

A educação inclusiva fundamenta-se no princípio de que todos os estudantes têm direito à participação plena no processo educativo, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sociais ou culturais. Esse paradigma implica uma transformação estrutural da escola, que passa a reconhecer a diversidade como elemento constitutivo do processo de ensino-aprendizagem, e não como exceção. Nesse sentido, a inclusão ultrapassa o acesso à escola, envolvendo também a garantia de aprendizagem significativa para todos os alunos.

De acordo com Mantoan (2015), a inclusão escolar exige a reorganização das práticas pedagógicas, de modo que a escola seja capaz de atender às necessidades de todos os estudantes, superando processos historicamente excludentes. Nessa mesma direção, Glat e Pletsch (2022) enfatizam que a efetivação da educação inclusiva depende da construção de práticas pedagógicas que reconheçam a heterogeneidade como elemento constitutivo do processo educativo.

Entretanto, apesar dos avanços teóricos, ainda persiste no contexto escolar uma concepção de ensino orientada por padrões homogêneos de aprendizagem, evidenciando uma tensão entre o discurso inclusivo e as práticas pedagógicas. A reorganização do ensino, portanto, não se restringe a mudanças metodológicas, mas envolve transformações nas concepções que sustentam o fazer docente.

O direito à aprendizagem relaciona-se diretamente à capacidade da escola de adaptar suas práticas às diferentes formas de aprender. Conforme a Unesco (2023), sistemas educacionais mais inclusivos tendem a apresentar melhores resultados em equidade e participação.

No contexto brasileiro, esse direito é assegurado por dispositivos legais como a Constituição Federal de 1988, a LDB nº 9.394/1996 e a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015. Mais recentemente, o Decreto nº 12.686/2025 reforça que o atendimento educacional especializado não deve estar condicionado à apresentação de laudo médico, podendo ser fundamentado na avaliação pedagógica. Esse avanço fortalece o papel da escola e do professor na garantia da inclusão.

Contudo, conforme Skliar (2006), práticas que se apresentam como inclusivas podem ainda reproduzir exclusões ao insistirem na normalização dos sujeitos. Assim,

o desafio da inclusão envolve questionar as próprias bases que definem o que é considerado aprendizagem legítima.

2.2 Necessidades educacionais, diversidade e identificação pedagógica

O conceito de necessidades educacionais amplia a compreensão tradicional centrada na deficiência, reconhecendo que todos os estudantes podem demandar apoio pedagógico em algum momento. As dificuldades de aprendizagem são compreendidas como fenômenos multifatoriais, relacionados tanto a aspectos individuais quanto às condições pedagógicas e institucionais.

Nesse contexto, fatores como ritmos distintos de aprendizagem, aspectos emocionais, sociais e barreiras pedagógicas influenciam diretamente o processo educativo. Glat e Pletsch (2022) destacam que a compreensão dessas necessidades exige uma análise contextualizada, evitando a rotulação dos estudantes.

A identificação das necessidades educacionais deve ser compreendida como um processo pedagógico contínuo, realizado no cotidiano da sala de aula, por meio da observação sistemática e da análise das produções dos alunos. Essa perspectiva desloca a centralidade do diagnóstico clínico, valorizando a autonomia docente.

Entretanto, esse deslocamento ainda ocorre de forma incipiente, pois o campo educacional permanece atravessado por uma racionalidade de matriz clínica. Tal lógica tende a legitimar intervenções pedagógicas apenas quando respaldadas por diagnósticos formais.

Nesse sentido, Foucault (2008) contribui ao evidenciar que os saberes institucionais produzem regimes de verdade que classificam os sujeitos. No contexto educacional, isso se expressa na medicalização das dificuldades de aprendizagem. De forma complementar, Bourdieu (1998) aponta que a escola pode reproduzir desigualdades ao legitimar determinados padrões culturais, o que reforça a função classificatória do diagnóstico.

Defende-se, portanto, que as dificuldades de aprendizagem devem ser compreendidas na articulação entre sujeito, práticas pedagógicas e condições institucionais. A identificação pedagógica, baseada na avaliação formativa e no acompanhamento contínuo, permite intervenções mais ágeis, contextualizadas e eficazes, mesmo na ausência de diagnóstico formal.

2.3 Estratégias pedagógicas inclusivas e desafios na ausência de diagnóstico

A literatura educacional aponta diversas estratégias pedagógicas voltadas ao atendimento da diversidade, destacando a flexibilização do ensino e a ampliação das formas de participação dos estudantes. Entre essas estratégias estão a diferenciação pedagógica, a adaptação de atividades e avaliações, o uso de múltiplos recursos didáticos e a aprendizagem colaborativa.

Segundo Moran (2022), metodologias ativas contribuem para tornar o processo de aprendizagem mais significativo, ao considerar o estudante como protagonista. Estudos recentes indicam que tais práticas aumentam o engajamento e melhoram o desempenho acadêmico, especialmente em contextos inclusivos.

Nesse cenário, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) se destaca como abordagem que propõe o planejamento pedagógico considerando a diversidade desde o início. Conforme o Cast (2022), o DUA baseia-se em três princípios: múltiplas formas de engajamento, representação e expressão da aprendizagem, reduzindo barreiras pedagógicas.

Apesar desses avanços, persistem desafios significativos no atendimento a estudantes sem diagnóstico clínico. Entre eles, destacam-se a dependência institucional do laudo, a insegurança docente, a falta de formação continuada e a limitação de recursos pedagógicos.

Glat e Pletsch (2022) apontam que a centralidade do diagnóstico ainda orienta muitas práticas escolares, limitando a autonomia docente. Mantoan (2015) reforça que a formação de professores é fundamental para a construção de práticas inclusivas.

Além disso, Moran (2022) destaca que a prática pedagógica deve estar fundamentada na observação e na compreensão do processo de aprendizagem, independentemente de diagnósticos formais.

Nesse contexto, torna-se essencial compreender a diversidade como elemento central do processo educativo, desenvolvendo práticas que garantam o direito à aprendizagem sem depender exclusivamente de classificações clínicas. Como propõe Biesta (2013), a educação deve deslocar-se da lógica da mensuração para a formação do sujeito, reconhecendo o ensino como espaço de produção de sentido.

Assim, a efetivação da educação inclusiva exige não apenas a adoção de estratégias diversificadas, mas uma revisão crítica das bases epistemológicas que sustentam o ensinar e o aprender.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza teórico-conceitual, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica sistematizada. Esse tipo de investigação fundamenta-se na análise crítica de produções acadêmicas, permitindo compreender como o fenômeno da educação inclusiva e da identificação pedagógica vem sendo problematizado no campo científico.

De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica proporciona maior familiaridade com o problema investigado, contribuindo para a construção do referencial teórico e para o desenvolvimento de análises interpretativas. A utilização deste percurso justifica-se pela possibilidade de reunir, sistematizar e analisar criticamente diferentes contribuições teóricas relacionadas às necessidades educacionais, às práticas docentes e às bases epistemológicas que sustentam a compreensão da aprendizagem.

Foram selecionadas obras clássicas e contemporâneas da educação inclusiva e da perspectiva histórico-cultural, com ênfase em estudos que abordam mediação pedagógica, desenvolvimento humano e críticas aos modelos diagnósticos. A coleta de dados foi realizada em bases acadêmicas reconhecidas, como SciELO, Google Acadêmico e o Portal de Periódicos da CAPES, priorizando produções publicadas entre 2022 e 2025, sem desconsiderar autores clássicos relevantes para a fundamentação epistemológica. Foram utilizados descritores como “educação inclusiva”, “necessidades educacionais”, “dificuldades de aprendizagem” e “práticas pedagógicas inclusivas”.

Para a seleção das obras, adotaram-se como critérios de inclusão estudos que abordassem diretamente a temática da inclusão escolar e estratégias voltadas à diversidade. Como critérios de exclusão, desconsideraram-se publicações sem o devido rigor científico ou sem relação direta com o objeto de estudo. Ao todo, foram analisadas oito obras de referência, selecionadas por sua relevância teórica e atualidade no campo investigado.

A análise dos dados foi conduzida por meio de leitura analítica e categorização temática, buscando identificar recorrências conceituais, aproximações teóricas e tensões epistemológicas no campo investigado. Esse procedimento possibilitou a organização e interpretação de padrões de sentido, permitindo a construção de inferências analíticas sobre o fenômeno.

No que se refere aos aspectos éticos, o estudo respeitou os princípios da integridade acadêmica, garantindo a adequada citação das fontes utilizadas, conforme as normas da ABNT (NBR 6023:2023), e evitando qualquer forma de plágio.

4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

4.1 Análise geral dos resultados e concepções de necessidades educacionais

A análise das obras selecionadas possibilitou identificar diferentes abordagens relacionadas à identificação e ao atendimento das necessidades educacionais de alunos sem diagnóstico formal. Para além das convergências teóricas, evidencia-se a presença de tensões significativas entre os avanços conceituais no campo da educação inclusiva e sua efetivação no cotidiano escolar.

Nesse contexto, verifica-se que a superação da dependência do diagnóstico clínico não se configura apenas como uma questão pedagógica, mas como um desafio de natureza institucional e cultural, sustentado por concepções historicamente consolidadas sobre aprendizagem, normalidade e desempenho escolar. Argumenta-se que tais concepções operam como dispositivos de legitimação de práticas excludentes, ao condicionarem o reconhecimento das necessidades educacionais à validação clínica.

Os estudos analisados demonstram que o conceito de necessidades educacionais tem sido progressivamente ampliado, deixando de se restringir às condições de deficiência ou transtornos diagnosticados. A literatura recente aponta que tais necessidades podem emergir de fatores pedagógicos, sociais e emocionais, reforçando a importância de uma abordagem contextualizada da aprendizagem.

Conforme Mantoan (2015), a inclusão escolar exige a reorganização das práticas pedagógicas para atender à diversidade presente na sala de aula. Como implicação prática, observa-se que escolas que adotam atividades diversificadas e estratégias adaptadas aos diferentes ritmos de aprendizagem tendem a apresentar

maior engajamento e participação dos estudantes, contribuindo para a redução de situações de exclusão.

Entretanto, sustenta-se que a adoção de práticas pedagógicas inclusivas, quando não articulada a uma revisão crítica das bases epistemológicas do ensino, tende a resultar em ajustes superficiais, com baixo potencial transformador das práticas escolares.

4.2 Identificação pedagógica e autonomia docente

Outra categoria central evidenciada refere-se à identificação pedagógica das necessidades educacionais no contexto escolar. Os resultados indicam que o professor assume papel fundamental nesse processo, sendo responsável por acompanhar, registrar e interpretar o desenvolvimento dos estudantes ao longo do tempo.

Entre as estratégias mais recorrentes destacam-se a observação sistemática, a avaliação diagnóstica contínua e a análise das produções escolares. Conforme Perrenoud (2000), a avaliação deve ser compreendida como instrumento de regulação das aprendizagens, permitindo ajustes constantes no ensino.

Na prática, essa identificação pode ser observada quando o professor reconhece dificuldades recorrentes em atividades específicas — como leitura — e implementa intervenções direcionadas, incluindo leitura mediada, uso de materiais com níveis graduais de complexidade e acompanhamento individualizado. Tais ações evidenciam que é possível realizar intervenções pedagógicas eficazes sem depender exclusivamente de diagnóstico formal.

Além disso, os resultados indicam que a centralidade atribuída ao diagnóstico clínico tende a reduzir a complexidade do processo de aprendizagem a categorias classificatórias, limitando a atuação pedagógica. Nesse sentido, a identificação pedagógica não se configura apenas como estratégia didática, mas como um posicionamento teórico que desloca o foco da deficiência para as condições de ensino, reafirmando a autonomia docente no processo de inclusão.

4.3 Estratégias pedagógicas inclusivas e desafios no contexto escolar

Os estudos analisados evidenciam que a adoção de estratégias pedagógicas diversificadas é fundamental para o atendimento da diversidade presente nas salas de aula. Entre as práticas mais citadas estão a diferenciação pedagógica, a flexibilização de atividades e avaliações, o uso de múltiplos recursos didáticos e a aprendizagem colaborativa.

Um exemplo concreto dessas estratégias pode ser observado na aplicação de metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos, na qual estudantes com diferentes níveis de desempenho participam de forma colaborativa. Nessas situações, alunos com dificuldades podem se engajar por meio de atividades práticas, recursos visuais e trabalho em grupo, favorecendo a construção do conhecimento.

Nesse contexto, o Desenho Universal para a Aprendizagem, proposto por Cast (2022) destaca-se como uma abordagem que orienta o planejamento pedagógico a partir da diversidade, propondo múltiplas formas de engajamento, representação e expressão da aprendizagem. Essa perspectiva contribui para a redução de barreiras educacionais e ampliação das oportunidades de aprendizagem.

Apesar desses avanços, os resultados evidenciam que as escolas ainda enfrentam desafios significativos no atendimento a estudantes sem diagnóstico formal. Entre os principais obstáculos destacam-se a dependência institucional do laudo, a insegurança docente, a insuficiência de formação continuada e a limitação de recursos pedagógicos.

Esses fatores impactam diretamente a prática docente, uma vez que muitos professores relatam dificuldades em justificar intervenções pedagógicas sem respaldo clínico, o que pode levar à postergação de ações necessárias. Além disso, aspectos estruturais, como políticas educacionais e cultura institucional, também influenciam a efetivação da inclusão.

Dessa forma, conclui-se que a construção de práticas pedagógicas inclusivas exige não apenas mudanças na atuação do professor, mas uma reconfiguração mais ampla do sistema educacional, capaz de sustentar práticas que reconheçam a diversidade como elemento constitutivo do processo de ensino-aprendizagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou estratégias pedagógicas voltadas à identificação e ao atendimento das necessidades educacionais de alunos sem diagnóstico formal, evidenciando que tais necessidades podem ser reconhecidas e acompanhadas no próprio contexto escolar, por meio de práticas como observação sistemática, avaliação diagnóstica contínua e acompanhamento do processo de aprendizagem.

A análise desenvolvida permite afirmar que os modelos diagnósticos tradicionais, ao privilegiarem classificações clínicas, mostram-se limitados para apreender a complexidade dos processos educativos. Nesse sentido, a centralidade do laudo médico tende a reduzir a compreensão da aprendizagem a categorias fixas, desconsiderando seu caráter dinâmico, relacional e contextual.

Como principal contribuição deste estudo, sustenta-se a identificação pedagógica como uma prática epistêmica autônoma, capaz de produzir conhecimento sobre o sujeito que aprende a partir da mediação docente e das condições concretas de ensino. Esse deslocamento teórico implica compreender a aprendizagem não como atributo individual mensurável, mas como processo construído nas interações pedagógicas.

Evidencia-se, assim, que a adoção de estratégias como diferenciação pedagógica, flexibilização das atividades e uso de múltiplos recursos didáticos não deve ser compreendida apenas como resposta técnica à diversidade, mas como expressão de uma concepção de ensino comprometida com a equidade e com a produção de condições efetivas de aprendizagem.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui ao tensionar a lógica classificatória que historicamente orienta o campo educacional, propondo uma reconfiguração do papel do professor de executor de prescrições externas para sujeito interpretativo e mediador do processo educativo. Tal perspectiva reforça a centralidade da prática pedagógica como instância de produção de inteligibilidade sobre a aprendizagem.

Destaca-se, contudo, que a superação dos limites do paradigma diagnóstico não implica sua negação absoluta, mas sua resignificação no interior de uma prática pedagógica crítica, reflexiva e situada. Nesse sentido, o diagnóstico deixa de ocupar posição determinante e passa a ser um elemento complementar, subordinado à análise pedagógica.

Como implicação, evidencia-se a necessidade de investimentos na formação docente e na construção de referenciais teóricos que sustentem epistemologicamente práticas inclusivas, fortalecendo a autonomia dos professores e ampliando a capacidade das escolas de responder à diversidade.

Por fim, reconhece-se como limitação do estudo sua natureza exclusivamente bibliográfica, o que indica a necessidade de investigações futuras que analisem empiricamente a aplicação da identificação pedagógica em contextos escolares concretos.

6 REFERÊNCIAS

- BIESTA, Gert. Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. Decreto nº 12.686, de 2025. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado e sua não obrigatoriedade de laudo clínico. Brasília, DF, 2025.
- CAST. Universal Design for Learning Guidelines version 3.0. Wakefield: CAST, 2022. Disponível em: <https://udlguidelines.cast.org>. Acesso em: 23 mar. 2026.
- FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. Educação inclusiva e práticas pedagógicas. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2022.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2015.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.



